



Balço Orçamentário - Sebrae/RR				Período : janeiro a setembro 2016		R\$mil	
Receitas	Previsão Anual (a)	Execução (b)	% (b/a)	Despesas	Previsão Anual (c)	Execução (d)	% (d/c)
Receitas Correntes	35.334	35.026	99,1%	Despesas Correntes	31.397	20.188	64,3%
Contribuição Social Ordinária-CSO	29.489	21.806	73,9%	Pessoal, Encargos e Benefícios	14.152	9.341	66,0%
CSO-Saldo Exercício Anteriores	3.107	8.295	267,0%	Demais Despesas Operacionais	5.317	3.877	72,9%
CSO-Ressarcimento	0	0		Serviços Profissionais e Contratados	11.422	6.281	55,0%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	818	972	118,7%	Encargos Diversos	410	648	157,9%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	–	Transferências para Parceiros	95	42	43,6%
Convênios com Parceiros	0	105	–				
Aplicações Financeiras	1.250	3.265	261,2%				
Empresas Beneficiadas	469	457	97,4%				
Outras Receitas	200	126	63,1%				
Receitas de Capital	0	207	–	Despesas de Capital	16.987	183	1,1%
Alienação de Bens	0	207	–	Investimentos / Outros	16.987	183	1,1%
Operações de Crédito / Recebimento de Empréstimos	0	0	–	Financiamento / Amortização de Empréstimos	0	0	–
SalDOS de Exercícios Anteriores	15.000			Fundo de Reserva	1.951		
Receitas Totais	50.334	35.233	70,0%	Despesas Totais	50.334	20.372	40,5%
Resultado - Déficit		0		Resultado - Superávit		14.861	
Total Geral	50.334	35.233	70,0%	Total Geral	50.334	35.233	70,0%

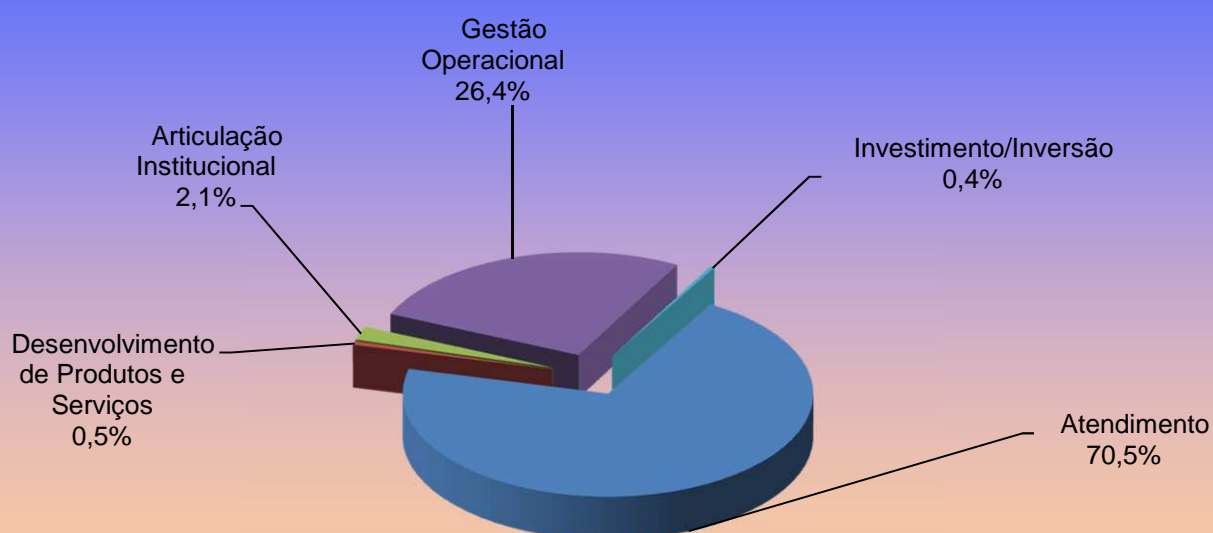
Fonte: Sebrae NA/UGOC - SME

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2016 Sebrae/RR

R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS POR TIPOLOGIA		jan-set
TIPOLOGIA	R\$	%
Atendimento	14.365	70,5%
Desenvolvimento de Produtos e Serviços	111	0,5%
Articulação Institucional	435	2,1%
Gestão Operacional	5.387	26,4%
Investimento/Inversão	73	0,4%
TOTAL	20.372	100,0%

APLICAÇÃO POR TIPOLOGIA - Sebrae/RR



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10

KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone 55 (92) 2123-2350, Fax 55 (92) 2123-2367
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR
Boa Vista - RR

Revisamos o balanço patrimonial do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR ("Entidade") em 30 de setembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Manaus, 4 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR (“Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A sede da Entidade está localizada à Av. Major Williams, nº 680, Bairro São Pedro, cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

O SEBRAE/RR recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional (SEBRAE/NA) que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país.

Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos estados e Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/RR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, a Administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

O SEBRAE/RR faz o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e decreto nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005 que define as notas fiscais de serviços, regulamenta a forma e prazo de recolhimento, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

A Entidade tem como associados:

- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - SEPLAN;
- Banco da Amazônia S/A;
- Banco do Brasil S/A;
- Caixa Econômica Federal - CEF;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima - FACIR;
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima - FAERR;
- Federação do Comércio, serviços e Turismo do Estado de Roraima - FECOMERCIO/RR;
- Federação das Indústrias do Estado de Roraima - FIER/RR;
- Agência de Fomento do Estado de Roraima - AFERR;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Roraima - SENAR/RR;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Roraima - SENAC/RR; e

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA.

2 Base de apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações financeiras intermediárias - Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), aprovado pela Resolução nº 1.174/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Administração da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras intermediárias em 4 de novembro de 2016.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 13) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 21). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos que afetem estas demonstrações financeiras intermediárias.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é moeda funcional da Entidade. Todos os saldos apresentados em milhares de reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são basicamente as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa fundo fixo	1	3
Contas correntes bancárias	38	318
Aplicações financeiras (a)	11.971	13.200
	12.010	13.521

- (a) Recursos mantidos em fundos de investimento de curto prazo, com taxa de remuneração média de 1,07% ao mês, destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	30/09/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	BB Curto Prazo Corporativo 600 mil	9.984	3.331
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Fundações Curto Prazo	2.454	10.610
		12.438	13.941
Recursos vinculados (*)		(467)	(741)
		11.971	13.200

- (*) Valores relativos à CSN a comprovar, classificados no passivo circulante, e relativos à disponibilidade dos convênios que foram destacados e segregados desta rubrica para demonstrarem o montante de recursos vinculados a convênios e programas, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

8 Recursos vinculados a convênios e programas

	30/09/2016	31/12/2015
Contribuição social		
CSN a comprovar	467	741
	467	741

Corresponde aos recursos vinculados a programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RR, e que são apresentados separadamente da rubrica “caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos de convênios. Os recursos de CSN a comprovar são destinados para execução de programas e projetos nacionais como projeto Negócio a Negócio, projeto PAIS, ALI, semana do MEI, dentre outros.

9 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	30/09/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	BB RF LP Corporativo 3 milhões	247	228
Banco do Brasil	BB Milênio 10 FI Renda Fixa Longo Prazo	6.764	5.536
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento SEBRAE RF LP	19.757	11.218
		26.768	16.982

Recursos ordinários aplicados nos títulos relacionados, com taxa de remuneração média de 1,11% ao mês, destinados à aquisição da nova sede da Entidade. Conforme Ata da 9ª Reunião Ordinária e na Resolução CDE Nº 190.16, o Conselho Deliberativo Estadual

aprovou a aquisição de imóveis com recursos próprios (superávit financeiro) para atender a necessidade de espaço de atendimento do SEBRAE/RR. O novo projeto encontra-se em fase de aprovação pelo Sebrae/NA, com previsão de ocorrer até o encerramento do exercício.

10 Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2016
Custo					
Terrenos	-	1.310	-	-	1.310
Edificações	4%	1.654	-	-	1.654
Instalações	10%	268	-	-	268
Móveis e utensílios	10%	656	57	(22)	691
Veículos e acessórios	20%	944	-	(456)	488
Máquinas e equipamentos	12,5%	700	122	(91)	731
Equipamentos de informática	33,33%	2.791	4	(125)	2.670
		<u>8.323</u>	<u>183</u>	<u>(694)</u>	<u>7.812</u>
Depreciação acumulada					
Edificações		(553)	(17)	-	(570)
Instalações		(258)	(7)	-	(265)
Móveis e utensílios		(365)	(28)	17	(376)
Veículos e acessórios		(552)	(18)	343	(227)
Máquinas e equipamentos		(333)	(37)	88	(282)
Equipamentos de informática		(1.773)	(291)	123	(1.841)
		<u>(3.834)</u>	<u>(398)</u>	<u>571</u>	<u>(3.661)</u>
Provisão para perdas (impairment)		<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.448</u>	<u>(215)</u>	<u>(123)</u>	<u>4.110</u>

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Custo					
Terrenos	-	1.310	-	-	1.310
Edificações	4%	1.654	-	-	1.654
Instalações	10%	268	-	-	268
Móveis e utensílios	10%	685	3	(32)	656
Veículos e acessórios	20%	944	-	-	944
Máquinas e equipamentos	12,5%	670	39	(9)	700
Equipamentos de informática	33,33%	2.564	479	(252)	2.791
		<u>8.095</u>	<u>521</u>	<u>(293)</u>	<u>8.323</u>
Depreciação acumulada					
Edificações		(529)	(24)	-	(553)
Instalações		(249)	(9)	-	(258)
Móveis e utensílios		(360)	(30)	25	(365)
Veículos e acessórios		(517)	(35)	-	(552)
Máquinas e equipamentos		(298)	(43)	8	(333)
Equipamentos de informática		(1.684)	(339)	250	(1.773)
		<u>(3.637)</u>	<u>(480)</u>	<u>(283)</u>	<u>(3.834)</u>
Provisão para perdas (impairment)		<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>

Imobilizado líquido	4.417	41	(10)	4.448
----------------------------	--------------	-----------	-------------	--------------

11 Fornecedores

	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores	<u>800</u>	<u>232</u>

O saldo a pagar geralmente é composto por contratos das despesas fixas de: limpeza e conservação (M. do Espírito Santo Braga), vigilância e segurança (Union Security), transporte, veículos e motoristas (D.R. Serviços Ltda. - ME e Asatur Transporte Ltda.), agência de viagem, (Ecos Turismo Ltda.), publicidade (Mene e Portela Publicidade Ltda.) e Hospedagem e Alimentação de Terceiros (E.S. Odashiro Organização e Eventos – ME) .

12 Provisões trabalhistas

	30/09/2016	31/12/2015
Férias	996	872
13º salário	534	-
Remuneração variável (a)	<u>260</u>	<u>301</u>
	<u>1.790</u>	<u>1.173</u>

- (a) Representa a participação de empregados e administradores a título de gratificações de desempenho, das metas de resultados institucionais, cumprimento dos limites orçamentários e os resultados por equipes. A provisão não está atrelada ao superávit ou déficit, mas sim ao cumprimento das metas. A redução deve-se ao pagamento ocorrido em março de 2016.

13 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

	30/09/2016	31/12/2015
Provisão para perdas em processos judiciais		
Reclamações trabalhistas	<u>143</u>	<u>143</u>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade como de risco possível, no montante de R\$ 217, para quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

A Entidade efetuou depósitos no intuito de contrapor as contingências trabalhistas em curso, cuja movimentação no período encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Atualização	Baixa	30/09/2016
Depósitos judiciais	<u>129</u>	<u>5</u>	<u>(11)</u>	<u>123</u>

14 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Governo Federal;

- Quaisquer entidades integrantes do sistema SEBRAE;
- Pessoal-chave da Administração; e
- Fundo de previdência privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE		
CSN a receber	3	20
CSO a receber	115	-
Ressarcimento a receber	-	5
	<u>118</u>	<u>25</u>

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

	30/09/2016	31/12/2015
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE		
CSO a devolver (a)	171	7.800
CSN a comprovar	467	-
Valor a pagar ao SEBRAE/NA - Licença de software	5	-
CSN a devolver	-	741
	<u>643</u>	<u>8.541</u>
Circulante		
Valor a pagar ao SEBRAE/NA - Licença de software	<u>15</u>	<u>36</u>
Não circulante	<u>15</u>	<u>36</u>

- (a) Na rubrica “CSN a devolver” são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-19, o valor da CSN não utilizado é devolvido ao SEBRAE/NA.

O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Transações no resultado - Contribuição social				
Contribuição Social Ordinária - CSO	11.803	30.101	8.851	25.190
Contribuição Social Nacional - CSN	<u>288</u>	<u>972</u>	<u>1.984</u>	<u>4.209</u>
	<u>12.091</u>	<u>31.073</u>	<u>10.835</u>	<u>29.399</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração contempla os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/RR é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal-chave da Administração.

	30/09/2016	31/12/2015
Remuneração	464	615
Benefícios	<u>108</u>	<u>110</u>
	<u>572</u>	<u>725</u>

A Entidade não concede empréstimos à Diretoria Executiva. Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar SEBRAEPREV estão descritos na nota explicativa nº 21.

15 Patrimônio líquido

a. Superávit acumulado

Composto substancialmente de resultados apurados ao longo dos exercícios/períodos.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado em 31 de dezembro de 2010, determinou como valor justo desses ativos em 1º de janeiro de 2010 o montante de R\$ 2.722, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para superávit acumulado.

16 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Salários e proventos	(1.774)	(4.478)	(1.353)	(3.764)
13º salário	(139)	(409)	(130)	(391)
Férias	(185)	(566)	(178)	(505)
Outros gastos com pessoal	(11)	(48)	-	(302)
Encargos trabalhistas	(589)	(1.719)	(575)	(1.666)
Benefícios	<u>(710)</u>	<u>(2.121)</u>	<u>(619)</u>	<u>(1.868)</u>
	<u>(3.408)</u>	<u>(9.341)</u>	<u>(2.855)</u>	<u>(8.496)</u>

17 Serviços profissionais e contratados

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Instrutoria e consultoria	(1.600)	(2.714)	(1477)	(3.500)
Serviços técnicos especializados	(293)	(634)	(665)	(1.331)
Manutenção segurança e limpeza	(153)	(462)	(174)	(400)

Demais serviços contratados	(816)	(2.289)	(1.261)	(3.329)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(122)	(182)	(67)	(151)
	<u>(2.984)</u>	<u>(6.281)</u>	<u>(3.644)</u>	<u>(8.711)</u>

18 Custos e despesas de operacionalização

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Diárias e hospedagens	(355)	(834)	(303)	(902)
Passagens, transportes e locomoção	(362)	(718)	(492)	(1.065)
Aluguel e encargos	(161)	(539)	(278)	(588)
Divulgação, anúncio e publicidade	(121)	(265)	(113)	(177)
Serviços gráficos e de reprodução	(277)	(806)	(398)	(677)
Serviços de comunicação em geral	(76)	(173)	(48)	(182)
Material de consumo e demais custos	(62)	(179)	(170)	(293)
Demais custos e despesas gerais	(80)	(364)	(75)	(275)
	<u>(1.494)</u>	<u>(3.877)</u>	<u>(1.877)</u>	<u>(4.159)</u>

19 Receitas (despesas) financeiras

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre recursos ordinários	<u>1.258</u>	<u>6.265</u>	<u>1.055</u>	<u>2.374</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	<u>(7)</u>	<u>(16)</u>	<u>(5)</u>	<u>(12)</u>

20 Instrumentos financeiros

A Entidade está potencialmente exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

Não houve alterações substanciais na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los, em comparação àqueles descritos nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015.

21 Benefícios pós-emprego

A Entidade é patrocinadora de plano de benefícios de previdência complementar aos seus colaboradores, por meio da entidade SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano de previdência complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD).

A seguir os valores de contribuições do patrocinador e dos participantes:

Contribuições	30/09/2016	31/12/2015
Participantes		
Básica	109	143
Serviço passado	8	11
Voluntária	19	9
Patrocinador		

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado de Roraima - SEBRAE/RR
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2016*

Básica	122	143
Benefício de risco	6	9

A Entidade contrata anualmente empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.